

Avançar pela mudança



RESOLUÇÃO

AVANÇAR PELA MUDANÇA

DEFENDER, REPOR E CONQUISTAR DIREITOS!

Nos últimos anos, designadamente com o governo PSD/CDS-PP, intensificou-se e agravou-se a política de direita seguida nos últimos 40 anos e que provocou impactos muito graves na situação económica e social do país.

O aprofundamento da chamada integração europeia, nomeadamente a subordinação ao Tratado Orçamental e uma maior dependência às suas regras e mecanismos de ingerência, agravaram todos os problemas que o país enfrenta, como sejam: a quebra de investimento e a destruição dos sectores produtivos; a estagnação e a recessão económica; o desemprego registado (que atinge mais de 50 mil trabalhadores no distrito de Setúbal e mais de 105 mil no distrito de Lisboa) e o desemprego real que contabiliza perto de 320 mil pessoas em Lisboa e Setúbal impedidas de trabalhar total ou parcialmente; a degradação das condições de vida; os défices estruturais, a dependência externa e o défice público.

Foi neste quadro de destruição que os direitos dos trabalhadores foram um dos principais alvos do patronato e do governo, visando aumentar a exploração e o empobrecimento, enfraquecer as suas organizações de classe e limitar a luta reivindicativa e, assim, transferir mais rendimentos e riqueza produzida pelos trabalhadores para o patronato e grupos económicos e financeiros.

A luta dos trabalhadores e do povo foi determinante para combater a política de declínio e afundamento nacional, levada a cabo pelo governo PSD/CDS-PP e fundamental para travar o seu projecto anti-laboral e anti-social.

A luta dos trabalhadores foi também decisiva para a existência de uma nova relação de forças na Assembleia da República e a solução governativa encontrada após as eleições legislativas de 4 de Outubro e os resultados positivos já obtidos, como é o caso: da recuperação dos feriados roubados; da reposição dos salários e do anúncio das 35 horas semanais para os trabalhadores da administração pública, que importa concretizar quanto antes, do aumento ainda que insuficiente, do salário mínimo nacional, entre outras medidas que invertem a política de cortes nos salários, pensões e direitos.

Há pois, um sentimento de esperança e confiança que não pode ser defraudado pelo actual governo do PS, pressionado interna e externamente pelos defensores do grande capital, e por sucessivas limitações do Tratado Orçamental e do Programa de Estabilidade que visam condicionar o futuro do país.

Neste quadro político diferente, é imperativo do movimento sindical e de todos os trabalhadores lutar para que se avance na mudança política, para a reposição de todos os direitos e rendimentos roubados, para pôr fim à exploração e empobrecimento dos trabalhadores e das suas famílias, implementando uma política de crescimento económico, que crie emprego com direitos e sem precariedade, que promova e melhore os serviços públicos e as funções sociais do Estado.

No combate por um novo rumo para Portugal, assente na adopção de uma política de esquerda e soberana, os trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal que participam neste 1º de Maio de 2016 em Lisboa, decidem:

1 – Saudar todos os trabalhadores dos sectores privado, público e empresarial do estado, em Lisboa e Setúbal, que estão em luta por melhores condições de vida e de trabalho, nomeadamente: na Ambicargo; na EMEF; na Petrogal; na Triumph International; nas OGMA; na Printer; na Cel-Cat; na PT; na Carris Tur; na Frauenthal Automotive (ex Impormol); na Portway; no Pingo Doce; no sector da hotelaria, restauração e turismo; no Tivoli; na Servi-Rail; na Seda Ibérica; no sector do Abate de Aves; nos CTT; no Grupo Dia/minipreço; Táxis; Portos de Lisboa, Setúbal e Sines; na administração local; na administração pública central, nos sectores da Educação e Saúde; e especialmente, a todos os que hoje, dia 1º de Maio, lutam pelo aumento dos salários, pelo pagamento do trabalho suplementar, entre outros direitos, e também pelo direito ao feriado;

2 – Intensificar a luta reivindicativa nos seus locais de trabalho tendo por objectivos:

. O aumento geral dos salários, enquanto elemento de combate à exploração e de melhoria das condições de vida, determinante para promover uma mais justa distribuição da riqueza;

. O combate à desregulação dos horários e a fixação das 35 horas semanais para todos os trabalhadores, com a sua aplicação imediata aos trabalhadores da administração pública e, de forma progressiva, aos trabalhadores dos restantes sectores, sem redução de salário;

. A reposição de todos os direitos roubados, o fim do congelamento das progressões salariais e profissionais na administração pública;

. O fim do bloqueio na negociação da contratação colectiva, com a extinção da caducidade e a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável, bem como a revogação das normas gravosas da legislação laboral, para os sectores privado e público;

. O combate à precariedade, um autêntico flagelo que a todos atinge mas sobretudo os mais jovens, participando activa e solidariamente na Campanha Nacional Contra a Precariedade, pelo Emprego com Direitos;

. O combate ao desemprego, exigindo a criação de mais e melhor emprego e que todos os trabalhadores desempregados, sejam abrangidos por prestações de desemprego;

. A defesa e a melhoria dos serviços públicos e das funções sociais do Estado na saúde, escola pública, segurança social, bem como da justiça e da cultura;

3 – Participar activamente na **Semana Nacional de Acção e Luta de 16^a 20 de Maio**, pelo aumento dos salários, pelo emprego com direitos, contra a precariedade, pelo desbloqueamento da negociação colectiva, pela reposição de direitos roubados, pela redução dos horários de trabalho, por melhores condições de vida e de trabalho, contra a exploração e o empobrecimento.

Viva a luta dos trabalhadores!

Viva o 1.º de Maio!

Viva a CGTP-IN!

Alameda D. Afonso Henriques, 1º de Maio 2016